

A IMAGEM DE DESENVOLVIMENTO DE TERESINA NAS PROPAGANDAS POLÍTICAS JORNALÍSTICAS DE 1930 A 1945

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO¹

RESUMO: O artigo tem o objetivo de analisar a construção da imagem do progresso da cidade de Teresina por meio da divulgação de propagandas políticas das ações dos governos locais durante a administração de Getúlio Vargas. Esse tipo de estratégia funcionava como propaganda do regime político, sendo veiculada em jornais que circulavam na capital, entre os quais destacava-se o Jornal Diário Oficial, em virtude de ser propriedade do governo do Piauí e também por ser publicado com regularidade durante todo o período abordado. Com isso, os poderes públicos divulgavam a suposta concretização de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, por meio da representação de cidade moderna e civilizada, esperando conseguir a legitimação popular do regime instalado. No entanto, com o fim do Estado Novo, foram explicitadas as contradições e as limitações dessa iniciativa do poder político autoritário.

PALAVRAS-CHAVE: Propagandas políticas. Jornais. Progresso.

ABSTRACT: This article aims to analyze the construction progress of the image of the city of Teresina through the dissemination of political advertisements of the actions of local governments during the administration of Getúlio Vargas. This strategy worked as propaganda of the political regime, being conveyed in newspapers circulating in the capital, among which stood out the Journal Official Gazette, by virtue of being the Piauí government property and also to be published regularly throughout the addressed period. Thus, public authorities divulged the alleged implementation of a development project for Brazil, through modern and civilized city representation, hoping to get the popular legitimacy of the installed system. However, with the end of the Estado Novo were made explicit the contradictions and limitations of this initiative of the authoritarian political power.

KEYWORDS: Advertisements policies. Newspapers. Progress.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná-UFPR e Professora Assistente II da Universidade Estadual do Piauí-UESPI. Contato: joseannezsm@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Podemos entender que, em qualquer regime político, a propaganda acaba sendo uma estratégia utilizada para o exercício do poder. Os seus idealizadores procuram aperfeiçoar-se para a elaboração de artifícios cada vez mais refinados no sentido de conseguir promover empolgação e envolvimento popular através das mensagens políticas. No entanto, essa prática acaba adquirindo uma dimensão ainda maior durante o exercício dos governos autoritários em virtude do controle do Estado sobre os mais diversos meios de comunicação, uma vez que exerce uma censura rigorosa sobre as informações e as manipula de forma deliberada.

Nesse sentido, é possível analisar a construção da imagem de progresso de Teresina através da divulgação das ações dos governantes piauienses no período de 1930 a 1945, mas principalmente durante o Estado Novo.

Essa iniciativa funcionava como forma de realizar a propaganda política que promovia o regime e era veiculada nos jornais que circulavam na cidade, entre os quais destacava-se o Jornal Diário Oficial, em virtude de ser propriedade do governo do Piauí e também por ser publicado com regularidade durante todo o período abordado. Nesse sentido, a propaganda na imprensa escrita, controlada pelos poderes públicos locais que eram alinhados ao governo Vargas, tinha como objetivo mais amplo a divulgação da realização competente de um projeto de progresso para o Brasil por meio da articulação de representações urbanas de modernização e de civilização da capital do Piauí. Por meio dessa estratégia esperava-se conseguir a legitimação do regime político que foi instalado no país por vias que não foram democráticas, e que, portanto, carecia de aceitação popular. Entretanto, com o fim da fase do governo autoritário de Getúlio Vargas, tornou-se efetivamente possível a divulgação das contradições e das limitações existentes na suposta realização desse projeto de desenvolvimento e de modernização de Teresina, revelando que as ações realizadas pelos poderes públicos locais, representantes do governo de Getúlio Vargas, não foram eficientes para concretizar o progresso que foi reproduzido como verdade incontestável pela imprensa oficial piauiense.

77

O IDEÁRIO DE PROGRESSO DO BRASIL

No final do século XIX a oficialização da abolição, o advento da República, a separação entre a Igreja e o Estado, a intensa imigração, a dinamização do processo de urbanização e a intensificação da industrialização, particularmente na região sudeste, foram acontecimentos que contribuíram para alterar o panorama nacional. Segundo Carvalho (1990), com a recém criada República almejava-se estruturar um novo país, o sentido era de fundação sob uma perspectiva diferenciada e a crença era na possibilidade de reforma. Assim, “Restava a certeza de que o Brasil estava doente, portanto tinha cura. Era mesmo uma questão de sanear-lo.” (RIZZINI, 2008, p. 115), essa proposta acabou assumindo a dimensão de uma missão civilizadora e, nesse sentido, sanear o Brasil era desenvolvê-lo, sendo que isso seria possível com o tratamento da situação de miséria e de atraso com todas as suas decorrências coletivas. O país passava a ser visto como um enfermo, logo, não era condenado à inviabilidade. Acreditava-se que deveria superar a ignorância e a barbárie, representados pela velha ordem oligárquica, e ser transformado em uma nação civilizada, representando a ordem social burguesa que visava a construção de uma sociedade moderna.

Esperava-se, assim, que o sistema republicano tivesse os atributos para promover uma verdadeira transformação que servisse efetivamente para alterar os rumos do Brasil de forma definitiva. No entanto, a maior parte das cidades, especialmente aquelas que não se localizavam nas regiões mais enriquecidas do país, não realizaram o desenvolvimento e a modernização em níveis desejados. Já a industrialização, ocorrida principalmente no Sudeste, embora tenha deslocado de forma progressiva a produção para fora da área doméstica, não alterou significativamente os modos tradicionais de produção e de sobrevivência do resto do Brasil. Grande parte do país permaneceu agrícola, sob a autoridade dos ricos fazendeiros que produziam para exportar ou com moradores de pequenas propriedades.

A visão governista que consagrou a Revolução de 1930 como um novo ponto de partida, um novo início para a nação, procurou romper definitivamente com esse passado, com os supostos erros da República Velha, já que ela não teria conseguido superar os problemas que provocavam o atraso do país com o objetivo de forjar uma

nação moderna e, em contrapartida, inaugurou um projeto político revolucionário das novas elites vitoriosas. Com o regime autoritário de Getúlio Vargas, essa perspectiva de atingir o progresso do país foi revigorada e reatualizada e, diante disso, geralmente, o novo fato que passou a ser concebido como ponto de referência foi o golpe de 1937. Esse acontecimento foi concebido como um outro início revolucionário, cuja marca principal é a consecução necessária e premente do projeto elaborado pelo governo. Segundo Gomes (1982), os acontecimentos de 1937 materializariam as possibilidades da efetivação deste projeto considerado revolucionário pelos seus idealizadores, pois promoveria o progresso que era entendido como transformador da fisionomia econômica, social, cultural e política da nação.

A UTILIZAÇÃO DA PROPAGANDA POLÍTICA NA IMPRENSA

Como já sabemos, o período de 1937 a 1945 demarcou a instalação de um modelo estatal autoritário, centralizado e com margens ampliadas de intervencionismo sobre a sociedade. Com a instalação do Estado Novo ocorreu a consolidação de uma política de massas que vinha sendo articulada desde o início da década de 1930. Segundo Capelato (2007), a partir do golpe de Estado os governos buscaram formas diferenciadas de legitimação popular, e isso ocorreu frequentemente por meio de propagandas veiculadas pelos meios de comunicação pelo grande potencial de difusão de informações. Nesse contexto, a propaganda política foi convertida em elemento estratégico importante de atração das massas em direção ao líder. Os meios de comunicação ficaram impedidos de externar opiniões contrárias ao regime, sendo que deveriam enaltecer as ações governamentais e divulgar o ideário do governo varguista. Cabia a exaltação do chefe como defensor dos oprimidos, conciliador dos conflitos sociais, condutor da reforma moral e realizador do progresso material.

Durante o período anterior ao Estado Novo, foram criados o Departamento Nacional de Propaganda, o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural e, por fim, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939. Mas foi com o Estado Novo que as ações da censura e da propaganda política foram melhor sistematizadas e também intensificadas de modo a abranger todo o país de forma cada vez mais efetiva. Por isso em cada estado havia um Departamento Estadual de Imprensa

e Propaganda que estava subordinado ao órgão central. Segundo Velloso (2007), essa estrutura centralizada permitia ao governo exercer controle eficiente da informação, assegurando considerável domínio da vida cultural nacional. O DIP tinha como funções a centralização, a orientação, a coordenação e a superintendência da propaganda nacional interna e externa, cabendo a esse órgão várias atividades, sendo que entre elas estava a censura da imprensa.

Com essa estrutura, a propaganda oficial alcançou um nível de organização e de produção que não tinha, até então, precedentes no Brasil, e passou a desempenhar um papel central na defesa e na promoção do regime estadonovista para reproduzir, como meta primeira do governo, a concretização do progresso que iria resultar na construção de um novo país. É importante destacar que “No varguismo, o esforço de politização, de eliminação de vozes discordantes e de penetração em todos os setores realizou-se sobretudo através da imprensa periódica [...]” (CAPELATO, 1999, p. 173). A imprensa foi controlada e manipulada no Estado Novo, sendo que os jornais somente poderiam exercer suas atividades se conseguissem registros concedidos pelo DIP. Existia uma vinculação entre a censura e a propaganda, por um lado as atividades de controle impediam a divulgação de assuntos que mostrassem e, até mesmo, sugerissem oposição ao regime, por outro lado o Departamento de Imprensa e Propaganda determinava aos jornais escritos, assim como às outras vias de comunicação popular, a difusão de outros assuntos que estivessem mais adequados aos interesses do regime. Com isso, eram obrigados a reproduzir os discursos oficiais dos governos, divulgar as inaugurações de obras públicas e promover eventos cívicos e demais atos dos governantes, bem como demonstrar o desenvolvimento do país com a divulgação de dados que não deveriam ser discutíveis.

Segundo Capelato (2009), para buscar a legitimidade do governo junto à população o varguismo utilizou símbolos, imagens e discursos na luta pela manutenção do poder. A intenção era fazer das autoridades políticas estaduais e municipais, que participavam do regime político, além da própria figura central de Getúlio Vargas, símbolos explorados nas representações do Estado Novo de forma direta ou indireta. Isso ocorria principalmente por meio dos discursos escritos sobre as realizações governamentais divulgados nos jornais que eram produzidos e consumidos no Brasil. Certos temas como a realização de obras de melhoria na infraestrutura urbana com o

fornecimento de energia, a expansão de água canalizada, o calçamento, mas também o embelezamento nos moldes europeus por meio de praças, passeios públicos e vias arborizadas, eram constantemente exploradas nas reportagens dos jornais que promoviam a propaganda do regime político como transformador da fisionomia do país em uma nova nação desenvolvida e moderna. Os governos locais piauienses também reproduziam em âmbito local essa iniciativa.

AS PROPAGANDAS POLÍTICAS DO DESENVOLVIMENTO DE TERESINA

Os parâmetros burgueses de comportamento, o consumo de produtos e a própria modernidade foram absorvidos de forma desigual pelas diferentes regiões e núcleos urbanos, bem como pelas várias camadas sociais. As reformas e os melhoramentos realizados nas cidades brasileiras faziam parte desse processo e buscavam efetuar mudanças no sentido de adquirirem um ar civilizado de acordo com o padrão europeu, especialmente francês. Nesse sentido, os espaços públicos urbanos do século XIX passaram a ser ocupados com novas formas de lazer, tais como: cinemas, cafés, clubes e teatros. Esses locais recebiam, principalmente, as pessoas dos setores sociais médio e alto, fazendo-se adequados para a valorização das novas formas de sociabilidades. Além disso, serviços como água canalizada, energia elétrica e telefone começavam a ser oferecidos, proporcionando mais conforto especialmente para os setores abastados da população.

Esse quadro de chegada das novidades modernas tornou-se presente em Teresina a partir dos últimos anos do século XIX e dos primeiros anos do século XX. As idéias de progresso importadas do continente europeu não se restringiram às grandes cidades, sendo que mesmo aquelas que não figuravam entre as mais desenvolvidas também participavam, embora de formas variadas, desse contexto de transformação, uma vez que “O espaço urbano – ‘locus’ e símbolo de civilização (em oposição à barbárie) – era, portanto, o lugar onde mais claramente se evidenciava o rompimento de uma dada ordem.” (RIZZINI, 2008, p. 93). Para Queiroz (1998), como passou a ocorrer em muitas outras cidades brasileiras, principalmente nas capitais, os espaços públicos também começaram a ser transformados e novas formas de comportamento foram se instalando

81

na capital do Piauí, sendo que o processo de mudanças realizou-se de forma menos acelerada e intensa em relação a outros centros urbanos.

Já nos anos de 1930 e 1940, segundo Capelato (2007), o governo de Getúlio Vargas, especialmente durante o Estado Novo, de certo modo deu prosseguimento ao ideário, ao projeto e às realizações que visavam o progresso, o desenvolvimento e a modernização preconizados desde o século XIX no Brasil pelas elites e pelos governos, e que, por sua vez, configuraram o processo que indicava que a mudança do país já estaria começando a ocorrer. Na maior parte do período do governo varguista, a presença de um poder político nacional caracterizado como centralizador e intervencionista, comprometido com essa proposta de superação do atraso e de transformação do Brasil em um país desenvolvido, direcionava e controlava o planejamento e a execução de ações locais que contavam com a colaboração dos governos estaduais e municipais, mas que, no entanto, negavam a influência das ideias e dos projetos, bem como as ações realizadas durante as administrações públicas das primeiras décadas de existência do regime republicano.

Em Teresina o processo de transformação poderia ser percebido no cotidiano das pessoas através da adesão às novas formas de pensar e de agir, como também por meio da aquisição das variadas novidades materiais que eram colocadas à disposição do consumo da população, fatos que ocorriam sem que ninguém pudesse efetivamente impedir. A condição moderna indicava os novos rumos que proporcionariam a inclusão da capital piauiense no processo de aquisição de “civilização”, à qual o próprio discurso modernizador se referia, destacando que a cidade não poderia deixar de fazer parte dessa condição sob pena da sua população aceitar viver no passado, adquirir o estatuto de atrasada e avessa a um progresso que era material, mas que também era verificado nos costumes, e que se alastrava rapidamente pelo mundo europeu, e mesmo pelo país. De acordo com Berman (1996), isso acabou ocorrendo porque a modernização está vinculada aos processos que fazem parte do turbilhão de permanente de desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia que se expandido pelo mundo.

Durante o período de 1930 a 1945 existiram vários jornais escritos locais circulando em Teresina, no entanto apenas o jornal intitulado de Diário Oficial, administrado pelo governo do estado do Piauí, funcionou com regularidade durante todo

esse tempo, sendo que os outros jornais que existiam tiveram as licenças de funcionamento suspensas durante a maior parte do período. Para aqueles que trabalhavam nesse jornal da administração pública local, a adesão à sua linha editorial ocorreu por meio das pressões, mas certamente também aconteceu, em vários casos, pela própria concordância com o regime político instalado. Embora fossem veiculadas notícias variadas, as matérias jornalísticas eram, prioritariamente, sobre as ações dos interventores que governaram o estado. Eles eram sempre colocados na posição de defensores dos interesses do Piauí e, por extensão, da própria nação, já que estavam atrelados politicamente ao projeto do governo central. A iniciativa de legitimação do regime político instalado no país por meio das propagandas políticas poderia ser percebida de forma explícita na reprodução dos discursos dos governantes, na divulgação das comemorações dos eventos cívicos, na veiculação da realização das obras públicas e em qualquer outro compromisso oficial onde o poder dos administradores do país, do estado e da cidade estivessem presentes.

Assim, eram divulgadas notícias ressaltando aspectos positivos sobre as realizações dos poderes públicos nas áreas da educação e da saúde públicas, da assistência aos pobres e, convém destacar de forma especial, dos investimentos realizados na transformação, considerada sem precedentes, da estrutura urbana da capital. A intenção era identificar os governos locais piauienses como promotores da transformação e da modernização de Teresina que, por ser capital, era representada como símbolo de progresso para todo o estado e, ao mesmo tempo, incluí-la no projeto nacional de construção de um novo país. Essa prática de reestruturação das cidades era especialmente observada naquelas que eram consideradas com maior potencial, sendo que, em Teresina, a transformação contínua do espaço urbano era uma preocupação constante do poder político local constituído de 1930 a 1945.

As mudanças verificadas nos locais públicos e o fornecimento ou ampliação de novos serviços ocorriam, prioritariamente, na região central da cidade, considerado como espaço de maior visibilidade por concentrar o setor comercial, disponibilizar formas de lazer variadas como cinemas, teatros, bares, clubes e outros, abrigar os órgãos públicos da burocracia administrativa, além de ser local de moradia dos setores médios e de elites, sendo uma região que contava com uma grande circulação de pessoas. O centro de Teresina foi transformado em representação do projeto de desenvolvimento

oficial, contribuindo como referência principal que deveria indicar a transformação da paisagem urbana. Com isso, era embelezado e recebia traços modernos incorporados ao novo cotidiano da cidade e de seus habitantes, dos mais variados setores sociais que, de forma geral, diretamente ou indiretamente, usufruíam dessa condição ao estabelecerem suas residências na área, utilizarem as formas de lazer, recorrerem aos serviços públicos e realizarem transações comerciais.

No entanto, os benefícios realizados não conseguiam acompanhar o adensamento populacional e fornecer uma infraestrutura básica em toda a cidade. Um exemplo disso é que o abastecimento doméstico d'água, disponibilizado no início do século XX, ainda era bastante limitado e, apesar dos investimentos do interventor Landry Salles, quando governou o Piauí durante a primeira metade da década de 1930, persistia a deficiência do serviço na cidade de Teresina, que ainda era dependente dos chafarizes, situação verificada especialmente nas áreas periféricas. Em virtude desse fato, quando Leônidas Mello assumiu o governo do Piauí, em 1935 permanecendo até 1945, decidiu continuar o trabalho de expansão que vinha sendo realizado pelo seu antecessor, pois o serviço precário de fornecimento de água na capital do estado era um fato que testemunhava que a imagem de progresso que os interventores queriam construir para a cidade estaria ainda distante da concretização.

É importante perceber que no período de 1930 a 1945, mas principalmente na fase autoritária, todas as transformações realizadas na cidade piauiense eram valorizadas no discurso oficial como se a modernização urbana tivesse começado a ocorrer somente a partir daquela temporalidade específica. Nesse sentido, através da imprensa censurada, era construída deliberadamente uma representação de ordem e de eficiência da administração pública que trabalharia incessantemente visando a prosperidade e a modernização que, por sua vez, resultaria em um suposto progresso. Tal ideia era reproduzida com grande frequência na imprensa escrita e adquiriu ressonância por todo o estado:

É certo que só ultimamente o Piauí entrou em uma fase de trabalho fecundo e tranqüilidade social. Eu disse ao interventor Leônidas Mello e ao Dr. Lindolfo do Rêgo Monteiro, prefeito de Teresina, que muita gente por aí afora desconhece o vulto das transformações operadas na fisionomia do Piauí. Teresina é uma cidade que prima pelo aumento de educandários, pelas atividades em defesa da saúde do povo, pela preocupação de construir prédios modernos, pelo asseio de suas ruas e pelo prestígio mundano de sua

Academia de Letras. (MARTINS, Oséias, Fisionomia moderna de Teresina. Diário Oficial, 1941, p. 2).

No fragmento da crônica jornalística é possível identificar os elogios às administrações do interventor do Piauí, Leônidas Mello, e do prefeito de Teresina, Lindolfo Monteiro, que realizaram suas administrações no estado durante o período de governo de Getúlio Vargas. A capital aparecia como símbolo máximo do processo de constituição moderna, porque, segundo o cronista, contava com uma expansão sem precedente do serviço educacional, da oferta eficiente de assistência à saúde, e também com as transformações estruturais proporcionadas pelas reformas urbanas. Dessa forma, tal notícia estava de acordo com o intento de fazer propaganda política das realizações dos governantes e forjar uma imagem de cidade moderna que deveria ser veiculada na imprensa censurada, mas também tinha relação com o projeto de progresso que o governo central defendia para o país e que os governos deveriam reproduzir em seus estados, já que o sistema de interventorias era um importante instrumento de controle do poder central, pois os representantes do executivo local eram nomeados e subordinados diretamente ao presidente da República.

É necessário, entretanto, atentar para o fato de que as críticas às condições em que se encontrava a cidade de Teresina passaram a ser constantes nos jornais, que tiveram o funcionamento e a produção restabelecidos, e passaram a circular livremente, depois do final do período do Estado Novo. Tal fato aconteceu porque apesar do processo modernizador ter avançado e promovido transformações que contribuíram para trazer mais conforto, embelezamento e lazer, as contradições modernas sempre existiram na capital, mas eram impedidas de serem divulgadas anteriormente. Isso acontecia porque inviabilizariam a construção da imagem de desenvolvimento contínuo e homogêneo que os governos locais, mas também o governo central, queriam veicular sobre a cidade e o país, recurso que servia como propaganda de administrações eficientes para legitimar o golpe de Estado de 1930 e, principalmente, a fase autoritária dos governos, bem como a continuidade do mesmo grupo político na direção do país. Um exemplo dessas críticas à imagem de progresso da cidade nos jornais, fato inconcebível principalmente de 1937 a 1945, é o trecho a seguir:

A Avenida Frei Serafim, uma das mais bonitas vias publicas de Teresina, ao que nos informan, vive cheia de suínos que estão danificando completamente

não somente a mesma via, como também as residências.[...] é inconcebível que tenhamos que suportar, por culpa dos moradores, e em parte das autoridades, que devem e têm a obrigação de zelar pelo bem estar coletivo, a vergonha e o perigo de contaminação provocado por animais que vivem às soltas por todos os recantos da cidade. (A CIDADE, O Piauí, 1946, p. 3).

Pode ser observado o fato de que a capital, representada durante a administração anterior como um núcleo urbano símbolo da modernização promovida pelos poderes públicos, era criticada por não ter integralmente concretizada, sequer, a divisão entre o campo e a cidade, com permanências significativas de costumes tradicionais, como a criação de pequenos animais soltos, que persistiam apesar do suposto sucesso do processo de transformações. Dessa forma, constata-se que, mesmo a Avenida Frei Serafim, principal via de tráfego localizada no centro da cidade, ainda possuía características tipicamente rurais que certamente estavam presentes por toda a cidade de Teresina e que também significavam um problema de saúde pública. Essa avenida já era na época um local de referência na cidade e, segundo o cronista, não poderia continuar nessa condição de atraso que trazia vergonha aos habitantes partidários do desenvolvimento urbano, pois tornava flagrante a condição de atraso da cidade, especialmente se fosse comparada a outras capitais do sudeste do país.

Ainda segundo o redator da notícia veiculada, para solucionar a situação problemática de Teresina o ideal seria a iniciativa dos governos locais, mas também da população que residia naquela área, devendo ter uma postura considerada mais civilizada de acordo com o ideário defendido na época. Esse fato é particularmente revelador do grau de urbanização de Teresina, pois a Avenida Frei Serafim, localizada na região central da cidade, deveria ter sido foco das reformas estruturais empreendidas pelo poder público municipal e pelo poder público estadual. Certamente esse tipo de fato já ocorria durante o governo dos interventores Landry Sales e Leônidas Mello, contudo, esse tipo de informação não teria permissão para ser divulgada na imprensa escrita, já que depunha contra a propaganda política de governo que determinava a reprodução da imagem de cidade moderna, condição que era condizente com o projeto de progresso para o país durante o governo Vargas. Outro problema que mostra a fragilidade do projeto de desenvolvimento implantado no centro da cidade, área prioritária de investimentos durante os governos locais no período Vargas, consistia nas constantes faltas de energia elétrica. É o que revela a denúncia jornalística a seguir:

86

É como vive a cidade de Teresina, atualmente. Um foco luminoso se distingue aqui e ali, as ruas em escuridão profunda, apresentam-se com uma fisionomia desoladora e triste. À noite, tornando-se paulificante a iluminação a candeeiro nas casas residenciais [...] os colégios são iluminados a motores próprios. O Cine São Luiz, o mais bem arquitetado desta cidade, de há muito vem com suas portas cerradas, por falta de energia para a projeção dos filmes [...]. As igrejas, dantes abertas à noite, para a realização das festas da padroeira, sermões quaresmais, novenas, praticam todos esses atos à tarde, exclusivamente à falta de luz. (SALUSTO, A cidade black-out... O Piauí, 1947, p. 3).

Esse problema constante de falta de energia trazia um clima triste a Teresina durante o período noturno, porque a população ficava sem a possibilidade de desfrutar de algumas das poucas formas de sociabilidades existentes, como as exposições de obras cinematográficas no principal cinema da cidade e os eventos religiosos, especialmente os católicos, além de outras formas de lazer como o teatro, os bares e a convivência nas praças, acontecimentos que proporcionavam dinamismo ao cotidiano dos teresinenses. Esse fato ocorria apesar de o serviço de iluminação elétrica ter sido iniciado desde o começo do século XX, revelando que a estrutura montada para o seu funcionamento até a década de 1940 ainda não era adequada para atender nem mesmo o centro da capital, que deveria ter sido área de investimentos destinados à modernização durante o período do regime político anterior, sendo que a população residente ainda tinha que permanecer trancada em suas casas e utilizar os velhos candeeiros e lampiões a querosene para não permanecerem na escuridão. Em uma outra notícia de jornal, entre inúmeras que tratam de denúncias sobre o mesmo tipo de assunto, podemos perceber que outros problemas pelos quais Teresina passava acabavam revelando mais limitações do discurso de progresso tão reproduzido na imprensa local durante os governos estadual e municipal da administração de Getúlio Vargas:

A nossa cidade, a nossa capital, está entregue ao mais reprovável abandono. Amontoados de lixo em toda a parte, por muitos dias, até em frente a estabelecimentos como o “Teresina Hotel”, que não merece esse escárnio, estão provando isso de forma insofismável! Outra prova, são esses buracos pelas ruas, inclusive o defronte do Palácio do Governo, com risco de vida dos transeuntes [...] (A CIDADE, O Piauí, 1945, p. 4).

É perceptível que as condições básicas de conservação da cidade de Teresina eram criticadas de forma enfática no jornal. Apesar de os poderes públicos não serem interpelados diretamente sobre essa situação problemática instalada na cidade, pelo

menos nesse caso específico, isso acaba sendo realizado de forma implícita, uma vez que os governantes locais eram os responsáveis pela administração de ações básicas como a limpeza das vias públicas e a conservação do calçamento das vias de tráfego existentes na cidade. Fatos como esse, veiculados nos jornais piauienses que circulavam em Teresina, evidenciam a desconstrução da imagem de progresso que era veiculada nas propagandas políticas da época do governo Vargas, mostrando que isso era viabilizado em virtude da censura na atividade jornalística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, podemos concluir que as propagandas políticas sobre a transformação de Teresina em cidade civilizada e moderna, representação do projeto de progresso engendrado para o país, eram veiculadas no jornal Diário Oficial, sendo recorrentes especialmente no período estadonovista. A intenção era provocar a admiração e o reconhecimento popular acerca das ações do governo, sempre representado como eficiente e mantenedor da ordem, que estaria, supostamente, encaminhando o país na direção do desenvolvimento material e moral. No entanto, com o fim do Estado Novo, as notícias que passaram a ser veiculadas nos jornais piauienses começaram a revelar críticas sobre as condições da cidade. Ficavam explícitas as limitações das ações dos poderes públicos estadual e municipal, mas também a interferência do governo federal, em instalar uma estrutura urbana que seria condizente com uma cidade que deveria ser considerada moderna. Assim, Teresina passou a representar as contradições existentes na concretização de um projeto em que era defendido não apenas o progresso para o estado, mas, em larga medida, para todo o Brasil. Apesar das críticas veiculadas nos jornais piauienses após 1945, entendemos que, embora os governantes locais que representavam o projeto de desenvolvimento do governo Vargas não tenham conseguido atingir o progresso que alterasse de forma significativa a estrutura urbana, foram realizadas mudanças que promoveram algumas alterações nos modos de viver na cidade, sendo que afirmar a ocorrência dessas transformações significa considerar a convivência do moderno com o tradicional.

88

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

A CIDADE. *O Piauí*, Teresina, 26 de set. de 1945, ano LVI, n.2, p. 4.

A CIDADE. *O Piauí*, Teresina, 10 de fev. de 1946, ano LVII, n. 46, p. 3.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Tempo do Nacional-Estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro. FGV: 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Ângela Maria de Castro. O redescobrimto do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARTINS, Oséias. Fisionomia moderna de Teresina. *Diário Oficial*, 1 de dez. de 1941, Teresina, ano XI, n. 266, p. 2.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as Tirantias do Tempo*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

RIZZINI, Irene. *O século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2. Ed. São Paulo; Cortez, 2008.

SALUSTO. A cidade black-out... *O Piauí*, Teresina, 11 de mar. de 1947, ano LVIII, n. 199, p.3.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os Intelectuais e a política Cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Tempo do Nacional-Estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 145-179.